



Imposto sobre fortunas adiado para já

O que se sabe do novo imposto sobre o património

Sector imobiliário avisa que rendas vão aumentar

Conselho de Finanças Públicas arrasa Governo

PRIMEIRA LINHA 4 a 10 e EDITORIAL

O PCP quer um imposto sobre o património financeiro. O BE e o PS dizem que a medida não vai entrar no próximo OE.





PRIMEIRA LINHA ORÇAMENTO DO ESTADO 2017

Miguel Baltazar



Bloco e PS chegaram a acordo para taxar património imobiliário elevado, mas deixaram de fora o património mobiliário. Tanto o PCP como o Bloco gostariam de ir mais longe.

Imposto sobre fortunas afastado... para já

Bloco de Esquerda e PCP mantêm a ambição política de introduzir um imposto sobre todo o património, que inclua também o financeiro. Mas esse é um cenário que, tal como o imposto sobre heranças, está afastado. Pelo menos no curto prazo.

ELISABETE MIRANDA
elisabetemiranda@negocios.pt
FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

O Bloco de Esquerda quer, o PCP não desiste, mas o imposto sobre a riqueza global, também conhecido como imposto sobre as grandes fortunas, não vai nascer. Pelo menos para já. O espectro da medida conti-

nua a pairar, ela foi inclusivamente discutida no grupo de trabalho de política fiscal, mas foi posta de parte pelos mesmos motivos que levaram à secundarização do imposto sobre heranças: tempo e viabilidade.

Isso mesmo foi confirmado ao Negócios tanto por Mariana Mortágua (deputada do BE) como por Eurico Brilhante Dias (deputado do PS), ambos membros do grupo de trabalho constituído para discutir medidas fiscais. "A questão foi objecto de análise mas não está a ser considerada. O grupo de trabalho não concluiu

nenhuma nova medida nessa área", adiantou Eurico Brilhante Dias, quando questionado sobre o âmbito da agenda de trabalhos dos especialistas. Mariana Mortágua acrescenta que isto não significa que o partido tenha abandonado a pretensão, mas reconhece que "não havia condições para desenhar uma proposta a tempo do Orçamento do Estado", pelo que "optámos por centrar-nos nos pontos de convergência mais rápidos de concretizar".

Passa-se com o imposto sobre fortunas o mesmo que com o impos-

to sucessório: apesar de tratarem-se de medidas que se inscrevem no plano ideológico dos partidos que compõem a geringonça, a complexidade da sua execução acaba por relegá-la para segundas ou terceiras núpcias.

Para já, o discurso do Bloco é de meia vitória. O imposto sobre o património imobiliário é, em si, uma forma de taxar a riqueza, ainda que apenas parcial. As outras peças do puzzle, o imposto sobre património mobiliário e o imposto sobre heranças logo se verá se chegam, ou não.

Já o PCP, que se distanciou do

grupo de trabalho, veio esta quinta-feira insistir na necessidade de um imposto global, que incida sobre a soma dos bens imobiliários e dos bens mobiliários. O PCP "tem o objectivo de que, até ao Orçamento, se possa concretizar este imposto nas duas vertentes", anunciou o deputado Paulo Sá, em reacção à notícia do Negócios, mas as suas pretensões dificilmente poderão ser atendidas, dada a complexidade de que a matéria se reveste.

Um imposto global, que incida sobre todo o património, é também



o cenário sobre o qual recai a preferência de dois fiscalistas ouvidos pelo Negócios. Mal por mal, "faria sentido tributar situações de riqueza acumulada, mas através de um imposto sobre o património em geral", diz Silvério Mateus, para quem "é manifestamente desaconselhável estar a sobrecarregar apenas este sector do património". Joaquim Pedro Lampreia vai no mesmo sentido: "a avançar, então devia ser um imposto sobre todo o património, com taxas mais baixas", sustenta.

Imposto sobre a riqueza: de inútil a possível

A discussão sobre a bondade da introdução de um imposto sobre fortunas é antiga em Portugal. Na década de 1990, uma comissão de trabalho liderada pelo fiscalista Medina Carreira chegou a formalizar uma proposta de tributação, mas ela foi perdendo adeptos face a argumentos de que afugentam capital, de falta de eficácia (o património mobiliário foge com facilidade) e de benefício (custos administrativos e pouca receita).

Contudo, a crise financeira e o reacender das preocupações em torno dos efeitos da desigualdade na distribuição de rendimentos acabou por ditar um realinhamento das posições. De tal modo que, em 2015, a Comissão Europeia (em "Tax Reforms in EU Member States, 2015"), veio defender que o tema - imposto sobre a riqueza líquida e impostos sobre heranças - sejam discutidas no seu seio e, se possível, formalizadas centralmente.

Embora não faça a apologia destes impostos, reconhece-se que houve uma mudança de ambiente político e que hoje em dia os argumentos de ordem prática (afuga de capitais) estão a perder força face à iminência da troca internacional de informações. No trabalho, Bruxelas faz ainda um resumo dos estudos económicos que entretanto concluíram a favor de impostos sobre a riqueza líquida e de impostos sobre heranças entre os ricos, a distinção entre capital e rendimento é difusa; há mais desigualdade na distribuição do capital do que do rendimento, pelo que um imposto líquido aliviaria as famílias mais endividadas; a concentração de património leva ao aumento da influência política e a criação de rendas. ■



O grupo de trabalho [para a fiscalidade] não concluiu nenhuma nova medida nessa área. (...) A questão foi objecto de análise mas não está a ser considerada.



EURICO BRILHANTE DIAS
Deputado do PS, membro do grupo de trabalho sobre impostos

Não havia condições para desenhar uma proposta a tempo do Orçamento. Optámos por centrar-nos nos pontos de convergência mais rápidos de concretizar.



MARIANA MORTÁGUA
Deputada do PS, membro do grupo de trabalho sobre impostos

O PCP tem o objectivo de que, até ao Orçamento do Estado, se possa concretizar este imposto nas duas vertentes [património imobiliário e também mobiliário].



PAULO SÁ
Deputado do PCP



TOME NOTA

Novo imposto: o que se sabe e o que está por conhecer

O novo imposto sobre o património é um sucedâneo do imposto do Selo sobre prédios de luxo criado em 2012, mas com adaptações. Questões como o limiar de isenção, a taxa e a base de incidência ainda estão em estudo.

QUE IMPOSTO É ESTE?

É um imposto acordado entre o BE e o Governo, no seio do grupo de trabalho para a fiscalidade, que pretende taxar quem tem muitos prédios ou prédios de elevado valor. A ideia é que as taxas (no plural, porque deverá haver escalões) incidam sobre a soma do valor patrimonial tributário de todos os prédios detidos por um proprietário ou pela sua família. As taxas incidirão sobre o excesso (não sobre a totalidade do valor fiscal das casas) e terão uma base de isenção ampla. Os pormenores ainda estão a ser estudados, em função das simulações, mas desde já há a garantia de que não são apanhados patrimónios globais abaixo de meio milhão de euros, pelo menos.

A CASA DE FAMÍLIA FICA SALVAGUARDADA?

Não deverá haver uma isenção expressa para as moradas de família. Se alguém viver numa casa com um valor fiscal de um milhão de euros, por exemplo, paga imposto. Contudo, o limiar de isenção que vier a ser estabelecido (acima de 500 mil euros como o Negócios avançou e que entretanto foi confirmado pelo PS e pelo BE) é suficientemente grande para deixar de fora a generalidade das habitação próprias. É por isso que o BE e o PS garantem que a casa de uma família de classe média e até a sua segunda casa (por vezes até a terceira) não serão apanhadas. O objectivo é tributar património imobiliário elevado, deixando de fora os prédios afectos à actividade industrial e, possivelmente, os imóveis que estejam arrendados. As situações ainda estão em estudo.

500 MIL EUROS DE VALOR FISCAL É MUITO OU POUCO?

500 mil euros de VPT (o limiar mínimo de isenção) pode ser considerado alto para a realidade do parque imobiliário do País. As estatísticas que a Autoridade Tributária (AT) publica são muitíssimas

insuficientes para se conseguir perceber o alcance desta medida, mas de lá é possível concluir que, após a avaliação geral, o valor médio patrimonial tributário dos prédios urbanos ficou a rondar os 64 mil euros. Outro exercício que pode ser feito por cada um é comparar o valor fiscal do seu imóvel com o de mercado. Embora possa haver situações em que o VPT se aproxime do valor de mercado, em regra, ele fica-se abaixo e até muito abaixo, pelo menos nos grandes centros urbanos, bem inferior ao patamar de 80% a 90% do valor de mercado que foi estabelecido em 2004 como objectivo aquando da reforma da tributação do património.

O PATRIMÓNIO RÚSTICO ESTÁ INCLuíDO?

Não. Este é um imposto sobre os prédios urbanos, que deverá seguir de perto a base de incidência que está definida para o imposto do Selo sobre os prédios de luxo, que já existe. Não é ainda claro que as regras de liquidação são semelhantes às do IMI ou diferentes.

JÁ EXISTE UM IMPOSTO SOBRE O PATRIMÓNIO ELEVADO?

Já. Desde 2012 que existe um imposto do Selo que tributa os prédios acima de um milhão de euros - é o chamado "imposto sobre prédios de luxo".

PS e Bloco dizem que estão a ser estudadas compensações para a indústria e o arrendamento.

E ESSE IMPOSTO SOBRE PRÉDIOS DE LUXO NÃO CHEGA?

Segundo o BE e o PS, não atinge os objectivos pretendidos de maior equidade. Primeiro, porque imposto sobre prédios de luxo tributa prédio a prédio, em vez de proprietário a proprietário. Isto permite que um proprietário com um único prédio de 1,5 milhões pague imposto e um outro com 10 prédios, de 9 milhões de euros de valor fiscal, não pague nada (esta discriminação chegou a ser apreciada pelo Tribunal Constitucional). Depois, o imposto actual só tem uma taxa (tributa todos por igual) enquanto BE e PS querem distinguir as situações. Depois ainda, os dois partidos entendem que 1 milhão de euros é um valor muito elevado, dada a discrepância que existe entre o valor patrimonial e o valor de mercado das casas.

COMO FICA O IMI?

O imposto municipal sobre imóveis (IMI) mantém-se como previsto. Em 2017 a taxa máxima baixará para 0,45% e, naqueles municípios onde se concede um desconto por filho, ele passará a ser fixo (de 20, 40 ou 70 euros para um, dois e três e mais filhos, respectivamente), como ficou definido no OE/2016 por proposta do Bloco de Esquerda. A receita reverte a favor das autarquias, cabendo às autarquias fixar cada uma das taxas e descontos. Já o "Selo sobre prédios de luxo" desaparece.

O QUE É QUE SE GANHA COM ISTO?

Desde logo, mais receita fiscal - dependendo do desenho, a medida poderá chegar a 200 milhões de euros. Depois, segundo o BE e o PS, maior equidade na distribuição da carga fiscal, já que se põe quem é rico a contribuir mais. Contudo, os críticos contrapõem que se está a afugentar o capital (caso dos vistos gold) e que o preço das casas e das rendas vai subir para reflectir o imposto.



PRIMEIRA LINHA ORÇAMENTO DO ESTADO 2017

Novo imposto “afasta investidores” e “aumenta rendas”

Fiscalistas e sector imobiliário dizem que o novo imposto sobre o património será “desastroso” porque afastará investidores e se repercutirá nos valores das rendas das casas e no seu valor de mercado. E lembram que haverá propensão à evasão fiscal.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

O novo imposto sobre o património imobiliário significa uma “sobrecarga” para um sector “com alguma recuperação, onde há estrangeiros a investir, onde estão os vistos “gold” e o mercado do arrendamento e onde as consequências sobre o investimento serão muito negativas”. Silvério Mateus, fiscalista que liderou o grupo de trabalho para a reforma do património imobiliário, em 2003, resume assim o sentimento com que o sector imobiliário recebeu a notícia de um novo imposto sobre o imobiliário que deverá constar no Orçamento do Estado para 2017.

A medida, que passa pela criação de um imposto progressivo paralelo ao IMI e que se aplicará a valores globais de património nunca inferiores a meio milhão de euros – medidos pelo respectivo valor patrimonial tributário –, deixa dúvidas aos fiscalistas e põs o sector imobiliário em nervos e em rota de colisão com o Governo.

Joaquim Pedro Lampreia, advogado e fiscalista, está também convencido de que a medida vai afastar investidores. Sobretudo estrangeiros “que por viados vistos ‘gold’ ou da tributação dos não residentes, vinham apostando em Portugal em imobiliário e reabilitação urbana”. Por outro lado, diz, “num cenário de insegurança dos mercados financeiros e da banca, a única forma que os portugueses terão de colocar as suas poupanças parece ser no estrangeiro”.

E, às garantias do PS de do bloco de que a classe média não é visada, o sector imobiliário garante que



Paulo Duarte

As garantias do PS, de que os prédios para arrendamento serão protegidos não sossegam o sector imobiliário.

acontecerá precisamente o oposto. Reis Campos, presidente da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, não tem dúvidas: “é enganador dizer que a classe média não vai ser afectada”. Porque “os detentores do imobiliário vão fazer repercutir

indirectamente mais este custo em quem quer arrendar ou em quem quer comprar casa, porque os preços vão inevitavelmente subir”. E nem a garantia do PS de que os prédios para arrendamento “serão protegidos” sossega o responsável.

Propensão ao planeamento fiscal

Uma posição secundada pela Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP), para a qual “este novo imposto é um ataque em força à classe média, mesmo que pareça um ataque aos proprietários mais ricos”. O presidente, Luís Lima, sublinha: “É uma tragédia para o mercado imobiliário e a declaração da “morte” do mercado arrendamento urbano.”

Por outro lado, alerta, “os únicos que não serão afectados são precisamente os ricos, que têm a capacidade de distribuir o respectivo património por titulares, colectivos, diversificados, de modo a que nunca seja atingido, por acumulação, o valor patrimonial tribu-

tável que vai ser castigado fiscalmente”, declara o responsável.

Também os advogados admitem que possa existir depois alguma propensão à utilização de esquemas de planeamento fiscal. Se uma pessoa paga mais por ter mais imóveis, então cria várias empresas, coloca um imóvel em cada uma delas, e assim contorna a questão. Ou, então, “distribui” as propriedades pelos membros da família, através de doações ou mediante a cedência de usufrutos, em que mantém a propriedade, mas é o usufrutuário quem suporta os impostos sobre o património.

Para já, e enquanto não são conhecidos os pormenores da medida, Reis Campos tem uma certeza: “A discussão em torno do Orçamento do Estado não podia ter começado pior”. ■



É enganador dizer que a classe média não vai ser afectada. Os custos vão repercutir-se em quem arrenda casa.

REIS CAMPOS
Presidente da CPCI



Os únicos que não serão afectados serão os ricos, que podem distribuir o seu património.

LUIS LIMA
Presidente da APEMIP

PRIMEIRA LINHA **ORÇAMENTO DO ESTADO 2017**

"Penso que infelizmente é bastante claro que a [estratégia de crescimento do Governo] não funcionou", afirmou Teodora Cardoso.

Menos défice não esconde falhanço na economia

O Conselho das Finanças Públicas faz uma avaliação negativa à situação económica e financeira nacional e considera que o modelo de crescimento do Governo falhou. Para a equipa liderada por Teodora Cardoso a redução de défice em 2016 é insustentável.

RUI PERES JORGE
rpjorge@negocios.pt

O Governo até poderá fechar o ano com resultados orçamentais próximos dos recomendados ao país pela Comissão Europeia em Julho. Mas esse resultado não deve esconder o que o Conselho das Finanças Públicas (CFP) considera ser

uma política económica insustentável, que gerará incerteza no sector privado sobre a situação financeira nacional e impedirá o investimento e travará o crescimento a prazo da economia. Aliás, já o está a fazer, com o PIB português a crescer apenas 1%, traduzindo o falhanço de uma estratégia que apostou na despesa pública como motor da retoma. Este é o resumo da avaliação da situação e condicionantes das contas públicas nacionais feito pelo organismo liderado por Teodora Cardoso.

Num relatório com o mesmo nome, o CFP prevê que o Governo

feche 2016 com um défice público de 2,6% do PIB, um resultado a que corresponderá uma degradação do saldo estrutural – o que desconta o efeito do ciclo económico no défice – de 0,1 pontos percentuais (de 2% para 2,1% do PIB). Estes são valores próximos das novas metas definidas pela Comissão Europeia em Julho: 2,5% do PIB e uma estabilização do saldo estrutural face a 2015.

Os valores desviam-se das metas, mas não contabilizam o efeito de várias medidas de poupança orçamental que o governo incluiu no Orçamento do Estado, mas que es-

tão especificadas de forma vaga. Ao todo estão fora das contas 569 milhões de euros de poupança (o que equivale a 0,3% do PIB). A verificarem-se, estas poupanças poderiam trazer o défice orçamental para 2,3% do PIB, um valor muito próximo da meta do Governo de 2,2% do PIB e melhor que os objectivos de Bruxelas. Garantiriam também uma redução do saldo estrutural em 2016.

Modelo falhado

O desvio relativamente pequeno entre as projecções do CFP e as

metas da Comissão Europeia não convence a instituição. Questionada sobre esta divergência, Teodora Cardoso, a presidente do CFP, optou por salientar o baixo crescimento da economia e uma perspectiva de médio prazo.

Quanto ao saldo orçamental total para este ano, a economista lembra que "o Governo tinha prometido 2,2% do PIB e que a recomendação da Comissão Europeia pede 2,5% do PIB"; e acrescenta ainda que "o saldo estrutural se degrada em 0,1 pontos quando deveria melhorar". Mas o principal problema, continua, não está aí: "o principal problema é aquele que colocámos desde o início e que tem a ver com a falta de crescimento e com a sustentabilidade disto".

Para o Conselho das Finanças Públicas, com as actuais políticas, o crescimento ficará pelos 1% este ano e nunca ultrapassará os 1,5% até ao final da década. O défice público cairá este ano para 2,6% – próximo da exigência da Comissão Europeia, de 2,5% – mas andará apenas ligeiramente abaixo dos 3% do PIB até ao final da década, sem garantir uma desejável



Bruno Simão



“

“O principal problema é aquele que colocámos desde o início e que tem a ver com a falta de crescimento e com a sustentabilidade disto”.

TEODORA CARDOSO
Presidente do Conselho das Finanças Públicas

2,6%

DÉFICE PREVISTO PARA 2016

O Conselho das Finanças Públicas prevê um défice orçamental que fica 0,1 pontos acima da meta traçada por Bruxelas.

margem de segurança para fazer face a imprevistos. O saldo estrutural, aquele que desconta o efeito nas contas da evolução da economia, agravar-se-á todos os anos contrariando as regras europeias e os compromissos internacionais assumidos pelo governo. E a dívida pública permanecerá sempre acima dos 125% do PIB.

“Penso que infelizmente é bastante claro que a [estratégia de crescimento do Governo] não funcionou”, afirmou Teodora Cardoso, na apresentação do relatório, criticando a aposta na despesa pública e pedindo um novo consenso de políticas em Portugal.

“Se uma estratégia desta natureza não funciona” e se “toda a gente está de acordo que é preciso crescer”, então “tem que ser possível encontrar um consenso, porque há um mínimo de racional nestas coisas”, defendeu, sublinhando que o falhanço da estratégia “não está visível apenas este ano, está visível nos anos que andamos a tentar estimular a economia por via da despesa pública” sem sucesso. E remata: “haverá sempre minorias que não acreditam. Mas paciência. Isso é inevitável”. ■



PRIMEIRA LINHA ORÇAMENTO DO ESTADO 2017

Medidas do próximo ano têm de valer 1.600 milhões

O Conselho de Finanças Públicas pressiona Governo a um mês da apresentação do Orçamento do Estado. Mário Centeno pode ter de avançar com mais medidas para cumprir regras europeias e deve contar com um crescimento tímido do PIB, que não ultrapassa 1,3%.

MARTA MOITINHO OLIVEIRA

martaoliveira@negocios.pt

RUI PERES JORGE

rpjorge@negocios.pt

O Governo tem de garantir medidas para o próximo ano no valor de, pelo menos, 1.600 milhões de euros para cumprir a correcção do défice estrutural inscrita no Programa de Estabilidade. O cálculo resulta da diferença entre as metas do Executivo e as previsões divulgadas esta quinta-feira pelo Conselho de Finanças Públicas (CFP).

No documento que seguiu para Bruxelas, em Abril, o ministro das Finanças previa uma redução do défice estrutural de 0,4 pontos percentuais do PIB entre 2016 e 2017. No entanto, no relatório "Finanças Públicas: Situação e condicionantes 2016-2020", a instituição presidida por Teodora Cardoso prevê um agravamento do défice estrutural de 0,5 pontos percentuais do PIB. As duas previsões estão assim separadas por 0,9 pontos.

Assim, partindo das previsões do CFP, isto significa que o ministro das Finanças terá de garantir que o Orçamento conta com um conjunto de medidas avaliadas em 1.600 milhões de euros para cumprir o objectivo traçado.

Porém, esta estimativa pode não traduzir-se num valor idêntico de novas medidas necessárias para incluir no Orçamento. É que, nos seus cálculos, o CFP não conta com um conjunto de medidas anunciadas pelo Executivo que considera pouco especificadas e que não estão ainda legisladas. Entre elas estão por exemplo receitas com impostos sobre a produção e importação e o congelamento nominal dos consumos intermédios.



Bruno Simão

Contas de Mário Centeno e do Conselho de Finanças Públicas divergem.

O conjunto destas medidas vale cerca de 1.100 milhões. Se este montante for descontado, ou seja, se assumirmos a hipótese de estas medidas gerarem a poupança na despesa e o aumento de receita previstos pelo Ministério das Finanças, o conjunto de novas medidas de consolidação com carácter estrutural que terá de ser identificado no Orçamento baixa para cerca de 500 milhões de euros.

Este cenário pode, no entanto, agravar-se se o Governo for forçado por Bruxelas a comprometer-se com um esforço estrutural maior. E tudo parece encaminhar-se neste sentido. É que, na carta que Centeno enviou para o executivo comunitário em Julho no âmbito do processo das sanções a Portugal, o ministro assumia uma correcção do défice estrutural de 0,6 pontos, um reforço da austeridade

que agradou à Comissão, por estar de acordo com as regras europeias.

Neste caso, o pacote de novas medidas – assumindo como válidas e efectivas todas as soluções já avançadas pelo Governo mesmo que pouco especificadas – sobe para 900 milhões de euros.

Menos crescimento complica consolidação

Ao mesmo tempo que terá de continuar a corrigir o défice estrutural, o Governo terá de manter o défice nominal abaixo de 3% e numa trajectória descendente. Nas últimas previsões, o Governo esperava baixar o défice de 2,2%, este ano para 1,4% do PIB. O Conselho das Finanças Públicas estima que o défice fique acima, em 2,6% do PIB, nos dois anos.

O défice global beneficia ainda assim do efeito do crescimento

económico. Contudo, as previsões do CFP indicam que 2017 será mais um ano de fraco crescimento, com o PIB a não crescer mais de 1,3%. Esta previsão é inferior à que o Governo tem, pelo menos para já, e que aponta para um aumento do PIB igual a 1,8% e representa uma revisão em baixa face à anterior projecção de Março do CFP, que apontava para 1,7%.

A previsão da instituição pressupõe um nível de medidas de consolidação inferior ao que o Governo assumiu no Programa de Estabilidade e, por isso, se o Executivo for forçado a mais medidas, elas poderão ter um impacto negativo no crescimento.

Segundo o CFP, o crescimento de 2017 será sustentado na procura interna, já que a procura externa líquida dá um contributo negativo para a economia. ■

PREVISÕES PARA 2017

Taxas de variação em %, excepto: procura interna e externa (p.p.) por se tratar de contributos e défice e dívida (em % do PIB).

O Conselho de Finanças Públicas está mais pessimista do que o Governo estava em Abril. Tanto em matéria económica como orçamental. No mercado de trabalho, as duas entidades estão próximas.

	CFP	Governo
PIB	1,3	1,8
Procura interna	1,5	1,9
Procura externa	-0,2	0,0
Inflação	1	0,7
Saldo externo	1,3	1,8
Desemprego	10,7	10,9
Défice	2,6	1,4
Dívida pública	128,7	122,3

Fonte: CFP e Ministério das Finanças

O crescimento de 2017 será sustentado na procura interna, já que a procura externa líquida dá um contributo negativo, prevê o CFP.